



REDAÇÃO

2ª SÉRIE
Prof. DIOGO

Lista:

03

Data: __ / __ / 2026

Aluno (a):

Nº

DISSERTAÇÃO ENEM: Com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “**A ampliação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher no Brasil**”, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Segundo a estadista e médica chilena Michelle Bachelet, “A violência contra a mulher, em todas as suas formas, é uma violação de direitos humanos”. Diante disso, cumpre ressaltar o descaso governamental, no Brasil, com o bem-estar físico dessa minoria, palpável na persistência de mazelas como a pobreza menstrual, a violência obstétrica e a discriminação no ambiente de trabalho. Ora, tais problemas poderiam ser evitados com a ampliação de políticas públicas para o gênero feminino, principalmente na área da saúde, que representa um direito básico dessa parte da população. Contudo, em função do machismo disseminado, bem como da falta de representatividade das cidadãs resultante dele, tão crucial agenda não tem avançado no país.

Em observação a esse contexto, vale ressaltar que a cultura sexista da sociedade brasileira constitui um entrave para a promoção de planos governamentais para o bem-estar das mulheres. Sob tal ótica, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu em “A dominação masculina”, a misoginia mostra-se um comportamento social aprendido pelos homens e absorvido pelas mulheres inconscientemente, de modo que, inclusive no Estado, o segundo grupo é alvo constante de discriminação, a qual, de tão normalizada, se cristaliza como rotina. A título de ilustração, menciona-se que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, chegou a vetar, em 2021, a distribuição de absorventes femininos para pessoas em situação de rua, a principal medida do Programa de Proteção e de Promoção da Saúde Menstrual. Sendo assim, o machismo tem atravancado a ampliação das políticas públicas voltadas à saúde das cidadãs.

Como consequência dessa conjuntura de desigualdade, constata-se outro grande obstáculo ao desenvolvimento de mais ações estatais de cuidado com o corpo feminino – a reduzida presença de mulheres no poder público. Afinal, segundo a organização internacional União Interparlamentar (UIP), nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado, o índice de participação feminina, 2023, chega a 20% do total de representantes eleitos no Brasil. Desse modo, questões de saúde com as quais apenas o dito “sexo frágil” convive tenderão a ser negligenciadas ou diminuídas na condução da política, dominada atualmente por homens no país. Logo, enquanto a falta de representatividade persistir como norma dentro do Estado, os projetos voltados para a saúde das brasileiras seguirão estagnados.

Portanto, é preciso combater o machismo estrutural e a ausência de mulheres no poder para promover devidamente o bem-estar das cidadãs. Nesse sentido, é crucial que os órgãos governamentais de direitos humanos, especializados nas questões de minorias, combatam o machismo disseminado no poder público, por meio de pressão junto às autoridades superiores da administração, no intento de desconstruir a rotina de omissão ante o sofrimento feminino. Além disso, cabe aos movimentos sociais e aos partidos políticos progressistas privilegiar suas militantes nas disputas políticas. Com tais medidas, espera-se que se ampliem e se efetivem as políticas voltadas para a saúde das brasileiras.